

Congresso dá prazo de mais 45 dias à CPI

A prorrogação do prazo da CPI do Orçamento, por mais 45 dias, foi aprovada ontem à noite numa tumultuada sessão do Congresso Nacional. Alguns deputados alegavam ser a prorrogação uma estratégia das esquerdas para perturbar a revisão constitucional. "Fomos golpeados", protestou, aos gritos, o deputado Roberto Cardoso Alves (PTB-SP). "Os dinossauros que não querem a revisão são só 60, mas venceram a maioria". A deputada Sandra Cavalcanti (PPR-RJ) tentou anular a votação no Senado, mas não conseguiu.

Embora as listas de presença indicassem número mais que suficiente para deliberações tanto na Câmara quanto no Senado, em plenário não havia quorum. Por isso, ao ser anunciada a aprovação do requerimento, pelo voto simbólico, o líder do PFL, Luís Eduardo (BA), pediu votação nominal.

Ele disse entender que a CPI precisava de um pouco mais de prazo, mas não de mais 45 dias. "Quem quer 45 dias é quem não quer a revisão constitucional", argumentou. Acabou, porém, cedendo ao apelo do relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), que explicou o entendimento havido na comissão, e retirou o pedido.

Sandra Cavalcanti, em nome do PPR, tentou reiterar o pedido. Mas, segundo o presidente do Congresso, Humberto Lucena (PMDB-PB), o resultado já estava proclamado. Em seguida, aprovada a prorrogação pelo Senado, também simbolicamente, ela tentou argumentar que apenas 16 senadores estavam em plenário (o mínimo, para votação, é de 42). Lucena, porém, disse que valia a lista de presença na Casa e que uma votação nominal, no Senado, só podia ser requerida por senador — e nenhum o fez.